



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I – CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SARAH LIRA BATISTA**

**PATRIMÔNIO E REGIÃO: uma leitura do cangaço como  
patrimônio cultural nordestino**

**CAMPINA GRANDE – PB**  
**2012**

**SARAH LIRA BATISTA**

**PATRIMÔNIO E REGIÃO: uma leitura do cangaço como  
patrimônio cultural nordestino**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação de História da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lindaci Gomes de  
Souza

CAMPINA GRANDE – PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B326p      Batista, Sarah Lira.

Patrimônio e região [manuscrito]: uma leitura do cangaço como patrimônio cultural nordestino. / Sarah Lira Batista. – 2012.

24 f.: il

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lindaci Gomes de Souza, Departamento de História”.

1. Cangaço. 2. Nordeste. 3. História. 4. Patrimônio. I. Título.

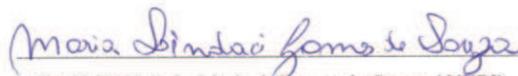
21. ed. CDD 909.091-099

SARAH LIRA BATISTA

**PATRIMÔNIO E REGIÃO: uma leitura do cangaço como  
patrimônio cultural nordestino**

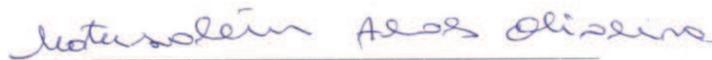
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação de História da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em 01/03/2012



Prof.ª Dr.ª Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

Orientadora



Prof. Me. Matusalém Alves de Oliveira / UEPB

Examinador



Prof.ª Dr.ª Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB

Examinadora

# **PATRIMÔNIO E REGIÃO: uma leitura do cangaço como patrimônio cultural nordestino**

BATISTA, Sarah Lira<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo principal analisar a importância atribuída ao Cangaço a partir das configurações sociais e culturais do Nordeste, bem como perceber de que forma o cangaço se constituiu como um Patrimônio Cultural Nordestino. Objetiva-se ainda analisar como se construiu a Identidade Regional do Nordeste através do Cangaço e identificar os tipos de representações inseridas na população nordestina a partir deste movimento. Tais aspectos podem ser evidenciados através da estreita relação existente entre Patrimônio e Região. Para tanto, fez-se necessário um diálogo com as fontes bibliográficas já existentes sobre o assunto, dentre elas estão presentes os trabalhos de Ricardo Oriá e Choay, no que diz respeito à temática do Patrimônio e autores a exemplo de Durval Muniz que tratam das questões de regionalismo, enquanto Halbwachs atuou na percepção da memória. Estes entre outros autores fizeram-se presentes durante todo este ensaio. Desta maneira, tornou-se possível identificar as diversas formas de manifestação do Cangaço, sejam elas na memória coletiva, na Literatura em especial a de cordel, na poesia, na música e nas representações imagéticas, dentre estas ganham destaque as da indústria cinematográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cangaço. Nordeste. Patrimônio. Memória.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, e-mail: sarah\_historiapg@yahoo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A questão do Patrimônio tem se tornado ao longo destas últimas décadas, uma questão bastante discutida e ressignificada com o passar dos anos. Desde o Estado Novo, em 1937, esta questão vem ganhando caráter de importância para a historiografia nacional e também regional, apresentando-se como um desafio que pode ser constituído pela forma de preservar de diversas maneiras o passado e a cultura do país contextualizada nas dimensões regionais. Nesta perspectiva, optei por apresentar uma reflexão de ordem teórica sobre o cangaço situando-o como um movimento social concreto ocorrido no século passado, no contexto da região Nordeste.

O ponto de partida de nossa discussão se insere na abordagem da cultura imaterial, quando relacionamos o Cangaço ao conceito de monumento. Dessa forma a pesquisa se norteará pelas discussões do Patrimônio Cultural, tomando o Cangaço como um patrimônio intangível. Assim estamos fazendo uma releitura do Cangaço como Patrimônio, mas especificamente como monumento que “deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória, mobilizada pela mediação da objetividade, de forma que lembre o passado invocado e convocado” (CHOAY, 2001).

Justifica-se desenvolver este trabalho através da interpretação do Cangaço a partir do Conceito de Patrimônio, por ser de suma importância para as novas abordagens historiográficas, uma vez que possibilita uma nova perspectiva sobre o assunto. Além de contribuir para a percepção de patrimônio como um conceito muito mais amplo do que se afirmava há pouco tempo atrás e de auxiliar também nas discussões a respeito de região, de pertencimento regional e de identidade regional, contribui para uma releitura do tema Cangaço, identificando novas formas de manifestação desta memória presente na sociedade como um todo.

Este trabalho é fruto das discussões em sala de aula, da disciplina de Memória e Patrimônio Cultural. A partir dela foi possível perceber que o conceito de Patrimônio Cultural não está só ligado ao monumento em si, como por muito tempo foi pensado, mas também ao que não pode ser palpável, mas pode ser identificado no seio da sociedade através do imaginário e da memória coletiva. Esta nova concepção só pode ser possível a partir do surgimento de outra categoria de Patrimônio que recebeu a denominação de Patrimônio Cultural Intangível.

Nesta abordagem sobre o Cangaço como Patrimônio Cultural Nordestino, está sendo estabelecido um diálogo com as produções bibliográficas já existentes a respeito da temática, muitas destas discutidas em sala de aula durante a disciplina supracitada. Autores como Oriá, uma vez que este afirma: “(...) a produção cultural humana, como sabemos, constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, sua diversidade e riqueza ultrapassam sempre os limites de qualquer modelo técnico previamente estabelecido”. (2008, p. 132) Carlos A.C. Lemos, com sua conhecida obra: O que é Patrimônio Histórico, cuja abordagem é bastante didática e Françoise Choay a partir de seu livro: A alegoria do patrimônio (L’allégorie du patrimoine) se fazem presentes nesta breve abordagem a fim de dar veracidade à discussão em questão, estes entre outros que tratam desta mesma temática. Além disto, aqui se empregam os conceitos de poder simbólico e representação, em especial representações mentais, aplicados por Bourdieu que afirma: “(...) representações mentais, quer dizer, de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos (...)” (2010, p. 112).

Este ensaio tem por objetivo principal analisar a importância atribuída ao Cangaço a partir das configurações sociais e culturais do Nordeste, por conseguinte objetiva-se perceber de que forma o Cangaço se constituiu como um Patrimônio Cultural Nordestino, bem como analisar como se construiu a Identidade Regional do nordestino através do Cangaço. Por fim, identificar os tipos de representações inseridas no seio da população nordestina a partir deste movimento, considerando-se que após mais de 70 anos de seu fim, este ainda permanece tão presente no imaginário e na cultura desta Região.

Para abordar esta temática, nos apoiamos nas produções bibliográficas, a respeito do Conceito de Patrimônio, tendo em vista que nelas estão presentes, como já citado anteriormente, as leituras propostas por Ricardo Oriá, Lemos e Choay, além de tomar como aporte teórico, as obras de Siqueira e Durval Muniz para relacionar a ideia de Região e regionalismo à questão do Patrimônio, bem como nas obras de Loiva Otero Félix e Sandra J. Pesavento para abordar a percepção de memória, usando o conceito de memória coletiva de Halbwachs auxiliado pelas obras de Pollak e Pierre Nora e por fim o conceito de representação de Bourdieu reafirmado pela obra de Alexandre Barbalho que complementa:

Importa perceber que o conceito de representação não se refere à “cópia do real” ou à “reprodução do real”, significando algo descolado do concreto e próprio à esfera das ideias. Aqui se entende as representações como partes integrantes do real, como seu instituinte. As representações fazem ver e crer, conhecer e reconhecer, e na luta em torno delas, da capacidade de elaborá-las e impô-las ao coletivo, está em jogo a capacidade de impor um sentido consensual ao grupo, seu sentimento de unidade e de identidade. (2004, p. 156).

Para uma melhor compreensão didática, o texto se encontra dividido em três partes, na primeira que recebe o título: Patrimônio Cultural Ontem e Hoje, poderá ser observada uma evolução do Patrimônio Histórico para o Cultural, como também serão explorados os momentos da História Nacional que foram decisivos para a compreensão atual do tema, pois o que antes se restringia apenas ao bem material, hoje atua de maneira muito mais ampla, já que engloba também os bens culturais.

No segundo momento deste artigo, intitulado: Identidade Regional e Patrimônio, o objetivo almejado é verificar a relação existente entre a formação de uma Identidade Regional e a preservação do Patrimônio Cultural desta Região, pois ambas encontram-se inevitavelmente atreladas uma à outra. Nesta perspectiva o Cangaço funciona como mais um causador deste pertencimento regional caracterizando-se como um símbolo da autoafirmação nordestina.

Na última e não menos importante parte: Cangaço: patrimônio Cultural Intangível, a discussão se estabelece acerca da relação estabelecida entre monumento e o termo Cangaço, mostrando como este movimento se elevou à categoria de Patrimônio Cultural e destacando as circunstâncias em que houve esta transição, bem como com que intuito a mesma aconteceu. Além disso, interpretar as diversas formas de manifestação do Movimento na Cultura Nordestina, manifestações estas sempre auxiliadas pela memória Coletiva, elemento presente em todos os três momentos deste artigo.

## **2. PATRIMÔNIO CULTURAL ONTEM E HOJE**

Em seu livro: A alegoria do patrimônio (L'allégorie du patrimoine) Françoise Choay levanta uma questão interessante sobre a mudança conceitual do patrimônio que vem sendo ressignificado com o passar dos tempos. Nesta perspectiva, o autor trata da inclusão de novos bens à categoria que anteriormente só acoplava o que se referia às edificações e que portanto estava muito mais relacionado ao monumento histórico do que ao patrimônio histórico, sendo que atualmente este primeiro representa apenas uma

das muitas categorias que hoje formam o Patrimônio Cultural de determinada nação ou região.

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinônimas. (...) os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (2001, p. 12)

No entanto, no Brasil, o conceito de Patrimônio Cultural ainda está muito ligado atualmente a monumentos e edifícios antigos, portanto a população em geral ao ouvir falar no assunto ainda associa a questão às construções de grande valor arquitetônico. Isto se deve em parte à primeira legislação patrimonial do país que se instaurou durante o período do Estado Novo (1937 – 1945) onde estava explícito que o conjunto dos bens móveis e imóveis do país que tivesse sua conservação como de interesse público constituía o Patrimônio Histórico Nacional. (LEMOS, 2004)

Desta maneira, essa legislação abordada no parágrafo anterior, cuja preservação patrimonial era especialidade, encontrava-se ministrada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujo período de criação datava justamente do início do Estado Novo. Sua prioridade consistia em tomar apenas os bens imóveis que se referiam aos setores dominantes da sociedade, como por exemplo: as Igrejas Barrocas e as casas grandes do período colonial, deixando de lado as senzalas, os quilombos, os cortiços, entre outros. Tal prática tinha por objetivo forjar uma memória única, como se não tivesse havido conflitos sociais, tentavam desfazer-se das provas de opressão e da escravidão. Além do mais, o fato de tais patrimônios serem determinados pelos órgãos oficiais responsáveis, isentava a sociedade de qualquer decisão, o que a tornava ainda mais distante destes.

Ainda em Carlos A. C. Lemos, 2004, é importante perceber que já em 1925, o governador mineiro Mello Vianna pediu ao jurista Jair Lins que defendesse os bens nacionais do passado, este por sua vez criou um projeto de lei que garantia a preservação dos “móveis ou imóveis” que tivessem sua conservação como interesse da coletividade, era então a primeira vez que se falava em “móveis” onde nessa categoria estavam incluídos até mesmo livros raros ou antigos. Posteriormente, já entre 1936 e 1937, o escritor Mário de Andrade e o seu amigo Paulo Duarte tiveram papel

importantíssimo nesta nova abordagem de Patrimônio, chamando até mesmo atenção nos jornais para a situação em que se encontrava o Patrimônio Arquitetônico Nacional devido aos atos de Vandalismo que se sucediam constantemente.

Atualmente o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico vem ganhando novo significado, primeiramente esta denominação está sendo substituída pelo termo Patrimônio Cultural, fato que torna o conceito muito mais amplo, uma vez que anteriormente referia-se apenas aos bens materiais e agora se faz referência aos bens culturais como um todo, onde se enquadra:

Toda produção humana, de origem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. (GODOY apud ORÍÁ, 2008: p. 132).

Desta forma, hoje em dia, o Patrimônio Histórico é visto até mesmo como uma questão de cidadania, ou seja, de direito civil, pois à medida que contribui terminantemente para a formação de uma identidade cultural, torna-se um direito do cidadão e como questão de cidadania, esta preservação deve ser repassada nas escolas, formando uma identidade cultural também nas crianças e jovens, para que estes tenham direito à memória e compreendam o dever de preservar tais patrimônios.

Diferentemente do passado brasileiro não tão distante, onde só possuía valor arquitetônico aquilo que fosse evocador de um fato histórico notável, nos dias de hoje os governos já utilizam da opinião pública para decidir o que vai ou não ser preservado, pois o bem a ser preservado precisa ter ligação com a sua Comunidade, do contrário nada irá significar para ela, uma vez que esta relação íntima só será selada através do uso da memória, seja ela coletiva ou individual.

O autor Ricardo Oriá até mesmo afirma que esta falta de identificação com o objeto, pode ser em grande parte responsável pelos inúmeros ataques e depredações ao Patrimônio Cultural brasileiro atualmente. Assim sendo, a partir do momento que a população interferir na questão do que preservar ou não, ela conseqüentemente conservará este patrimônio, por se identificar com ele e relacioná-lo com um passado remoto ou não de sua cidade, isso funcionará tanto para os mais velhos, por fazer com que seja provocada sua memória a respeito da história da cidade, como também para os mais novos, que poderão compreendê-la de maneira mais próxima.

Para o assessor técnico internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Hugues de Varine-Boham, o Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grandes categorias de elementos: a primeira é a de recursos naturais, a exemplo de rios, vales, montanhas, entre outros. A segunda faz referência à capacidade de sobrevivência do homem em seu meio ambiente, onde se inclui os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural e por fim a terceira e mais importante, diz respeito a tudo que pode ser encontrado no meio ambiente, obras, artefatos, construções, etc.

Assim, pode se perceber que não se entende unicamente por Patrimônio Cultural, apenas o que diz respeito aos bens palpáveis, que seriam o que podemos chamar de Patrimônio tangível, mas também o intangível, ou seja, aquele que está enraizado na nossa memória, na nossa sociedade ou na nossa região, aquilo que não se pode ver ou pegar, apenas identificar nas mais variadas situações e lugares diversos.

É importante ressaltar que o conceito de memória está sempre atrelado de alguma maneira ao conceito de patrimônio, pois a construção e preservação de determinado patrimônio, seja ele tangível ou intangível, só se faz possível a partir da memória coletiva de um país ou região, memória esta que para Halbwachs funciona como um fenômeno social e plural. Vejamos esta afirmativa a partir da obra: Memória, Esquecimento, Silêncio de Michael Pollak, onde este desenvolve a seguinte ideia a respeito do trabalho do autor: “Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação, é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”. (1989, p. 3).

Tem-se ainda acerca desta mesma temática, a obra de Pierre Nora, onde este levanta o conceito de lugares de memória, como mais um evidenciador de toda a simbologia que envolve a memória e seus respectivos campos de atuação, sendo o Patrimônio mais um destes campos.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. (1984, p. 21)

Neste Contexto, entende-se que o Nordeste utiliza-se da memória coletiva de seu povo como tática para reafirmar a sua identidade regional. Segundo Michel de

Certeau em *A Invenção do Cotidiano (L'invention du quotidien)*, 1990, as táticas são movimentos dos dominados que tem por objetivo oferecer uma resistência silenciosa ao poder central, revelando a astúcia de se proteger contra as imposições do sistema. Em seu trabalho a partir da obra do referido autor francês, o sociólogo Alípio de Sousa Filho estabelece que:

Sabedoria, táticas, artes de fazer, maneiras de utilizar o sistema e suas imposições dogmáticas, constituindo resistências ou ao menos “manobras” entre forças desiguais. Estratagemas dos dominados (...). Maneiras de jogar e fazer de conta jogar o jogo do outro (do sistema). Não se trata aqui da celebração do fim do contrato social, do cinismo, mas apontar como, na vida cotidiana, os mais fracos empreendem seus combates silenciosos e sem propósitos políticos bem aceitos para virar as regras de um contrato coercitivo favorável apenas aos fortes. (2002, p. 134).

Como abordado no parágrafo anterior, o Nordeste apropria-se de táticas para se proteger da dominação imposta pelo sistema, neste sentido o discurso regional funciona como uma destas táticas, talvez até a mais importante delas, uma vez que está por trás das questões patrimoniais que envolvem o Movimento Social conhecido por Cangaço.

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o Nordeste é uma Invenção do século XX, criada a partir de discursos regionais que separavam Norte e Sul, formando estereótipos que acabaram por tecer o que hoje conhecemos por Região Nordeste. Estes discursos funcionavam como arma de defesa da população contra os detentores do poder central, sobretudo o discurso da seca. “As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área, são atribuídos à seca, e o apelo por sua “solução” torna-se um dos principais temas dos discursos regionais.” (2009, p. 72).

### **3. IDENTIDADE REGIONAL E PATRIMÔNIO**

Observando a expressão Patrimônio Cultural, como algo tão abrangente que pode enquadrar até mesmo aquilo que não se pode tocar, podemos perceber o quão complexo é o assunto e o quanto ele é amplo. Pensando nisso, é interessante perceber que a questão do Patrimônio pode estar intimamente ligada às questões da Identidade nacional ou Regional.

Ao contrário do que se previa, houve até um revigoramento e uma valorização das culturas regionais e o despertar de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova “aldeia global”, encontram espaço para a defesa de seu direito à diferença e ao passado. (ORÍÁ, 2008, p. 145).

Contudo, é necessário primeiramente entender como se define o conceito do que é região e de como surgiu a necessidade de se criar uma identidade regional, para que se possa dar início ao próximo momento deste artigo, que tem por objetivo identificar o “Cangaço” como um Patrimônio cultural Nordestino, posto que este está introjetado na memória coletiva desta Região, sendo a memória um elemento fundamental para a efetivação de qualquer Patrimônio. Além do que, o Cangaço representa ainda, um símbolo regional de autoafirmação da “Nordestinidade”.

Para se entender inicialmente a ideia de Região no Brasil, é preciso compreender que durante a transição do Império para a República, em fins do século XIX, o país atravessava uma fase em que se construíam vários discursos a respeito do que era nacional e do que era regional. Neste período o discurso nacional caracterizava-se de maneira excludente, pois na verdade o que se tinha por nação era altamente seletivo e depreciador. O discurso que era empregado era o de uma nação cristã branca, segregando outras raças como índios e negros, já que o modelo que se tinha de sociedade era o europeu, resquícios ainda de uma colonização não tão distante. Além do mais, estes discursos incluíam e beneficiavam apenas a região sudeste do país, tornando-a detentora do discurso nacional, por ser ela a “Região do café”, produto base da economia brasileira durante o período. (SIQUEIRA, 2000)

A partir da consolidação destes discursos nacionais, da afirmação deste modelo de nação hegemônica que na verdade era apenas fictício, uma vez que retratava uma unidade e um sentimento nacional que não existiam como um todo, começam a surgirem determinados ressentimentos das demais regiões do país que passaram a não se sentirem como parte integrante deste projeto nacional e buscaram seu pertencimento dentro de si mesmas. As populações pertencentes a tais regiões vão buscar no regionalismo a sua identidade, pois não a encontram dentro da nacionalidade que se prega em seu próprio país.

No sentido amplo, a Região foi criada a partir de suas expressões culturais, através de discursos ideológicos e de denúncia, buscando na memória de sua história e nos seus símbolos, a afirmação de sua identidade e de sua “brasilidade”, tentando de certa maneira se proteger e se afirmar enquanto unidade e atribuindo todas as suas dificuldades e desigualdades ao poder central, aos detentores do discurso nacional, ao qual nem todas elas se enquadram.

A hegemonia do Sudeste, fazendo uso do aparelho de Estado Imperial, aguça o processo de construção da regionalização em novas bases, posto que provoca o ressentimento das outras regiões, que vão buscar na memória da sua História a afirmação da sua identidade. (SIQUEIRA, 2000, p. 8)

Os discursos de denúncia funcionam de forma a acentuar os laços de pertencimento regional, pois à medida que a população nordestina utiliza-se deste recurso, ela protesta, reclama da desigualdade entre as regiões do Brasil, seja ela política ou econômica e passa a agir também de forma estratégica, pois se utiliza de sua condição social, através do discurso da seca, como já citado anteriormente, para exacerbar as diferenças entre Sul, Norte e Nordeste. A região busca desta maneira fazer com que seu discurso regional se sobreponha ao nacional, já que a visão do coitado e do miserável vai mudar de figura, vai servir agora para fortalecer este discurso regional, acentuando o “Patriotismo Nordestino” a que Neroaldo P. de Azevedo (1996) dá ênfase em seu trabalho.

Assim sendo, o Nordeste vai aparecer na mídia, cada vez mais como uma região que carece de ajuda, “a descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”.” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 72). Este discurso midiático obteve diversas versões, pois enquanto a imprensa sulista atacava o discurso da seca e dos movimentos sociais como o Cangaço e o messianismo, chamando a população nordestina de violenta e fanática, a imprensa Nordestina supervalorizava o caráter tradicional e peculiar da região.

A exemplo desta supervalorização tem-se o primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, evento de grande repercussão na Região, cujas novidades eram noticiadas com frequência no diário de Pernambuco. Evento realizado entre os dias 07 e 11 de fevereiro de 1926, por iniciativa do Centro Regionalista do Nordeste, órgão criado em 1924 e que contava com a participação de grande quantidade de intelectuais, dentre eles Moraes Coutinho e Gilberto Freyre. Tal entidade teve como propósito fundamental provocar um sentimento intitulado de “Patriotismo Nordestino”, que tem por finalidade exaltar as raízes históricas e geográficas do Nordeste, a sua unidade, comunhão regional e partidária, demonstrando sempre um governo de união, ressaltando os elementos responsáveis pelo “ser nordestino” ou pelo que é ser/ver região. Elementos cuja propagação foi de caráter fundamental no Congresso. (AZEVEDO, 1996).

No entanto, apesar das críticas sulistas e da redoma que o próprio Nordeste criou em volta do seu espaço, enquanto região, o regionalismo nordestino foi o único que

obteve repercussão nacional de forma a instigar figuras influentes nos demais estados e regiões, a acompanhar as manifestações culturais do Nordeste. “Mas o único regionalismo que ultrapassa as fronteiras estaduais, que conseguiu unir intelectuais e políticos de vários estados e atraiu outros grupos regionais como os da Bahia e do norte de Minas é o nordestino.” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 122).

Para Bourdieu (2010), existe uma série de fatores que dão um caráter de pertencimento do indivíduo à região, estes fatores constituem a identidade regional ou étnica e são formados basicamente por elementos peculiares da região que podem ser a língua ou dialeto que é utilizado na mesma. Além destas características, os símbolos regionais e sua História, funcionam como mais uma forma de pertencimento. “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo (...)” (p. 14).

Até mesmo porque os símbolos são mais importante que as palavras, levando-se em consideração que na época de transição do século XIX para o século XX, grande parte da população brasileira não sabia ler, então precisava prender-se às expressões culturais da região que poderiam ser a música, as festas comemorativas, entre outras. Estas expressões culturais se reúnem para criar os símbolos que são responsáveis por fazer o indivíduo lembrar-se da sua região onde quer que esteja. (SIQUEIRA, 2000). Neste caso enquadra-se o "Banditismo Social" ou "Cangaço", que funciona como mais um referencial da região Nordeste.

O que é importante verificar na História do Cangaço, é que o cangaceiro, no imaginário Nordestino, não escreve. Sempre relatados como analfabetos, os cangaceiros, assim como os índios, não tiveram direito a escrever sua própria História, estando condicionados ao que os outros escreveram sobre eles. No entanto, há relatos de que Lampião sabia ler e escrever, não só ele, também outros integrantes do grupo.

Assim, nota-se que o pertencimento do Cangaço ao Nordeste, está ligado muito mais a uma questão mitológica, do que real, fez-se um rede de interesses que tornaram possível toda esta repercussão que o Cangaço tem até os dias de hoje. Seja como uma forma de afirmação do pertencimento regional nordestino seja apenas como parte integrante de nossa História, enfim, o que se pode realmente afirmar é que este Movimento Social funciona sim como Patrimônio Cultural dessa Região, à medida que

está incorporado na mentalidade dos Nordestinos como um todo. Não há quem não conheça ou pelo menos nunca tenha ouvido falar de Lampião, assim como também não há condições de se falar no assunto sem se fazer referência ao Nordeste. Veremos a seguir como se construiu toda esta teia de acontecimentos que transformou o Cangaço em um Patrimônio Cultural e elemento fundamental para a construção do que hoje conhecemos por Região Nordeste.

#### **4. CANGAÇO: PATRIMONIO CULTURAL INTANGÍVEL**

Na década de 30, o Brasil enfrentava um período de transição: A Revolução de 1930. Movimento de oligarquias que não se beneficiavam com a política “Café-com-Leite”, marcou o início de uma década de mudanças para o Brasil. Com a Revolução, foi possível a ascensão ao governo nacional de um representante do Rio Grande do Sul: Getúlio Dornelles Vargas, assumindo um governo provisório que futuramente, através de um golpe, se consolidaria até seu suicídio em 1954. O levante comunista de 1935 tinha por objetivo depor Getúlio Vargas e implantar um governo comunista no Brasil, tendo como líder da revolta Luís Carlos Prestes. Porém a revolta fracassou, sendo reprimida terrivelmente pelo governo Vargas, que aproveitando a ameaça comunista implantou o Estado Novo em 1937, suspendendo as eleições de 1938, alegando não poder haver uma eleição com o Brasil em estado de guerra, assim efetivou-se a Ditadura Varguista, concentrando todos os poderes nas mãos do presidente.

Foi neste contexto nacional que o Banditismo Social ou o popularmente conhecido “Cangaço” teve seu auge, repercutindo não apenas regionalmente, mas também a nível nacional, representando mais uma ameaça ao governo ditatorial do período:

O presidente Getúlio Vargas aumentou o reforço no combate ao cangaço. O número de volantes crescia, alguns coiteiros foram comprados, outros rastejadores alugados, investigadores e interventores especializados dedicavam integral dedicação à erradicação do problema que era considerado um atraso da Pátria. A ordem do mais alto escalão consistia em eliminar qualquer vestígio relacionado ao fenômeno, pois que desafiava a honra e o prestígio da Nova República. (DIAS, 2005, p. 29-30).

O Movimento iniciou-se por volta de 1870, tendo seu apogeu na década de 30 e seu fim uma década depois. Suas razões iniciais se deram a cerca da necessidade que cada coronel tinha de formar bandos armados para defenderem e imporem suas decisões, pois os conflitos no sertão nordestino eram frequentes e estendiam-se por

gerações, onde suas causas eram diversas, dentre elas as disputas de terra, gado, herança e o posto de coronel, ganham destaque.

Estes bandos armados normalmente eram formados por parentes do coronel, jagunços e o cabra ou cangaceiro manso, morador comum que se comprometia em defender o proprietário da terra, em troca do trabalho nesta e de proteção. A palavra “cangaço” viria de canga, peça de madeira que prende os bois ao arado, simbolizando o fato de o cangaceiro estar submetido ao dono das terras.

Somente na segunda metade do século XIX surgiram bandos armados não ligados diretamente a um coronel. Normalmente estes bandos eram formados por pessoas foragidas da polícia ou dos latifundiários, que se uniam para assaltar e adquirir alimentos durante a seca e fome generalizada. Alguns destes grupos surgiram para combaterem injustiças ou resistirem ao alistamento militar obrigatório, como aconteceu na guerra do Paraguai.

Este tipo de cangaceiro geralmente fazia parte da sociedade rural e era encarado pelo Estado e grandes proprietários como criminoso, porém, para a população em geral eles eram heróis, por serem considerados justiceiros e vingadores e por roubarem dos ricos. Tidos como vítimas do descaso da justiça, das perseguições de políticos e da polícia, que servia aos chefes locais, e não como salteadores e criminosos propriamente. Destes, o mais famoso era Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, chefe do bando, era respeitado e temido pelos outros cangaceiros e pela população nordestina.

Hobsbawn (1976) define uma razão para esta dicotomia entre o herói e o vilão afirmando que o banditismo social difere de qualquer outro movimento de criminosos comuns, pois o bandido social atua como um tipo de líder para as minorias em uma tentativa de defesa contra o sistema:

O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados. (p. 11).

Nesta perspectiva, o banditismo social nordestino tomou ares mitológicos, pois a partir do momento que o cangaceiro corresponde a um herói para a população em geral, o Cangaço começa a se constituir enquanto Patrimônio cultural intangível da Região

Nordeste, considerando também o efeito que tal Movimento causou no imaginário Nordestino e nacional.

Os cangaceiros davam a impressão de serem mágicos, íntimos do sobrenatural, aplicando recursos de autêntico suspense, deixando assim os soldados com ânimos arrepiados, atirando sem alvo para o céu, num ambiente de desespero, beirando o horror. Por isso os cangaceiros chamavam-nos de macacos, como se pulassem de galho em galho, assombrados com qualquer movimento estranho ou algum sinal desconhecido. (DIAS, 2005, p. 27).

Misturado a tantos símbolos, o cangaço pode ser considerado um dos principais responsáveis pela identidade regional discutida anteriormente, bem como uma especialidade inerente à Região Nordeste, por tratar-se de um movimento de características únicas, um fenômeno social tipicamente nordestino, posto que foi consequência de uma realidade existente apenas nesta região, uma vez que resultava de uma política coronelista, dentre outras peculiaridades.

A partir das discussões anteriores a respeito das novas concepções sobre o que constitui efetivamente o Patrimônio Cultural de determinada nação ou região, compreendamos o Cangaço como pertencente à cultura imaterial, posto que esta modalidade de cultura necessita inevitavelmente da memória coletiva para existir. “Portanto, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social”. (FELIX, 2004, p. 39).

A cultura imaterial que corresponde ao Patrimônio Intangível, aquele que não é tocável, contém, em especial, o que está inserido nas tradições ou manifestações coletivas que são transmitidas de geração em geração através da memória. Entenda-se aqui tradição como uma categoria que “está intimamente ligada a uma prática enraizada na cultura do povo (...)” (ANDRADE, 2000, p. 55).

Hobsbawn (1997), já discorria sobre o conceito de tradição mostrando que esta pode ser dividida em dois grupos: o de tradições inventadas e o de tradições não inventadas. Vejamos então o regionalismo e toda a teia simbólica que o cerca como pertencente às tradições inventadas, uma vez que o autor afirma que estas são de caráter contínuo em relação ao passado e que implicam na repetição de comportamentos como forma de “inculcar” certos valores a serem seguidos. “A busca das verdadeiras raízes

regionais, no campo da cultura, leva à necessidade de inventar uma tradição”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 90).

Desta maneira, o Cangaço enquanto tradição Nordestina e portanto cultura imaterial, encontra-se classificado como um Patrimônio Cultural Intangível, pois passou a fazer parte do imaginário Nordestino criando laços de pertencimento à região. No entanto, esta herança cultural passou a existir não mais apenas na hereditariedade das gerações, nos livros didáticos ou afins, e nas narrativas dos mais velhos sobre situações vividas ou inventadas pelos Cangaceiros. Ela passou a existir nas mais diversas formas de expressão da cultura popular, dentre elas ganham destaque: a Literatura sobretudo a de Cordel, a poesia, a música, as imagens e o cinema, tornando-se imortal.

Obras como o Romance Capitães da Areia de Jorge Amado, evidenciam este caráter de pertencimento do Cangaço à literatura regionalista, trechos a exemplo deste

O Professor buscou uma vela, acendeu, começou a ler a notícia do jornal. Lampião tinha entrado numa vila da Bahia, matara oito soldados, deflorara moças, saqueara os cofres da Prefeitura. O rosto sombrio de Volta Seca se iluminou. Sua boca apertada se abriu num sorriso. E ainda feliz deixou o Professor, que apagava a vela, e foi para o seu canto. Levava o jornal para cortar o retrato do grupo de Lampião. Dentro dele ia uma alegria de primavera. (2004, p. 41).

materializam no livro toda a representação que o Cangaço exerce na cultura regional. Sendo Jorge Amado representante do Romance Regionalista que teve seu auge na década de 30, tomou o cangaço como um de seus temas principais, posto que os problemas sociais da região ganhavam destaque nesta fase da literatura brasileira. Ainda mais porque o Romance Capitães da Areia foi produzido durante a ditadura varguista, seu enredo girava basicamente em torno dos problemas que o Brasil atravessava no momento.

O trecho da obra de Jorge Amado descrito anteriormente faz referência à Volta Seca, personagem que sonhava em ser um dos cangaceiros de Lampião, menino de rua como todos os outros do bando Capitães da Areia. Volta Seca viera da caatinga nordestina e tinha verdadeira devoção por Lampião, a quem chamava de “meu padrinho”. Aproveitando o nome de um dos cangaceiros de Lampião, já que ao final do Romance o personagem conseguiu entrar para o Cangaço, Jorge Amado referenciou esta admiração do povo nordestino à figura do cangaceiro, evidenciando o conceito de herói que se emprega nesta abordagem.

A Literatura de Cordel configura-se indiscutivelmente como palco de narrativas sobre o Cangaço. Apesar de não ser uma cultura apenas nordestina, o cordel tem maior propagação nesta região. Os contadores de histórias como podem ser chamados os cordelistas, utilizam-se de narrativas peculiares da região, e apesar de suas poesias terem sido negligenciadas por muito tempo, tidas como de qualidade inferior, atualmente configuram-se como importante fonte histórica.

Quem já teve notícia do famoso Lampião  
Que andou pelo Sertão, dando trabalho a polícia?  
De truculência e sevícia, por muitos foi acusado,  
Capitão, sem ser soldado, ganhava a vida matando  
Mesmo assim, morreu deixando a aura de injustiçado.

Neste trecho do Cordel de Manoel Monteiro (2008), vê-se a descrição de Lampião como figura importante, como alguém famoso a quem a polícia dedicou grandes esforços para capturar. O poeta também faz referência à patente de capitão recebida de Padre Cícero (DIAS, 2005) bem como à qualidade de injustiçado, devido às circunstâncias de sua morte.

Além da Literatura, a poesia regional abriga também em lugar especial, as narrativas do Movimento ou de seus pertencentes:

Sabe quem veio aqui agora?  
Antônio Silvino: ia sozinho,  
sem mesmo o pajem de um menino.  
Não tinha mesmo um guarda-sol.  
Mas na garganta tinha o nó  
de quem quer pedir uma coisa  
mas se afoga nela, e não ousa. (...)  
Mas o que terá impedido  
de me fazer qualquer pedido? (...)  
  
De gosto, o haveria atendido.  
Ele não é um simples bandido.  
E repugna-me sabê-lo caça  
da polícia que não o faz de graça.

(NETO, João C. de Melo, 1987).

Aqui também se faz referência à figura do Cangaceiro como um herói, quando o poeta afirma que Antônio Silvino não é um simples bandido e que o fato de a polícia persegui-lo como se assim fosse é repugnante.

Quanto às expressões musicais da Região Nordeste, é importante salientar que a música nordestina de raiz, em geral faz referência aos problemas sociais da região, bem como alusão ao seu passado, portanto o Cangaço é mais um dos temas de sua abordagem. O fato de esta música de raiz ser o forró, legitima ainda mais o

pertencimento regional do Cangaço, considerando que tal estilo musical configura-se como peculiaridade da Região Nordeste, sendo uma tradição local. Além disto, “a música popular brasileira é um dos mais eficientes instrumentos de preservação da nossa memória coletiva e palco iluminado para a interpretação dos múltiplos aspectos formadores de nossa identidade nacional”. (MURRAY, 2005, p. 33)

A exemplo desta afirmativa tem-se uma das estrofes da música Caboclo Sonhador, gravação do Cantor e Compositor paraibano Flávio José: “Sou devoto de Padim Ciço Romão, sou tiete do nosso rei do Cangaço” (1992), cuja letra já destaca nitidamente a posição que Lampião ocupa no imaginário nordestino, como alguém que deve ser admirado, deve ser tido como ídolo e claro mantendo sua imagem sempre ligada a Padre Cícero, cuja santidade é indiscutível para a população católica nordestina tradicional.

A imagem representa ainda, mais uma forma de perpetuação do Movimento, além de materializar visualmente este Patrimônio atribuindo a ele características museológicas, ponte onde o material e o imaterial se cruzam, funciona como mais uma fonte de pesquisa.

Ao falarmos em patrimônio histórico, entenda-se não apenas o patrimônio arquitetônico, mas também o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico, enfim, o conjunto de bens que atestam a História de uma dada sociedade. (ORIÁ, 2008).



As cabeças dos cangaceiros expostas no museu Nina Rodrigues - BA, 1968.  
Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/literatura/regionalismo-literatura-das-peculiaridades-do-brasil.jhtm>.

As cabeças foram mantidas no museu como forma de lição para a população nordestina até o ano de 1968, quando foram sepultadas. A imagem funciona como evocação das sensibilidades presentes no objeto de pesquisa.

As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e o do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário. (PESAVENTO, 2003, p. 86).

Por fim, compreendamos também que o cinema funciona de forma magistral na atuação da imagem como fonte de pesquisa, pois são muitos os documentários e filmes produzidos acerca da temática do Cangaço. Os Cangaceiros sempre relatados como vaidosos, deixavam suas imagens serem registradas por diversas vezes, no entanto a ficção também fez parte deste universo “cangaceiro” e ainda faz. Vários filmes foram produzidos sobre esta mesma temática.

O cangaço foi retratado no cinema brasileiro em várias épocas e de diversas formas, desde a década de 20 que esta temática fascina cineastas e espectadores, havendo cerca de 50 filmes sobre o assunto, incluindo curtas, médias e longas-metragens, ficções e documentários. Durante quase oito décadas de história deste gênero cinematográfico, foram realizados filmes de destaque nacional e internacional. (DÍDIMO, 2005, p. 61).

No entanto, uma característica intrigante do cinema que o diferencia das demais versões sobre o tema, é que nele o Cangaceiro não retrata o herói e quando retrata quase sempre este sujeito vive um dilema, entre ser cangaceiro ou não, pois justamente pelo fato de ser o “mocinho” não consegue se identificar enquanto cangaceiro.

E a principal característica comum a todos esses filmes é o fato de não tratarem do cangaceiro. Esses filmes todos têm seu esquema dramático centrado no personagem do herói, e esse nunca é o cangaceiro do filme; a estória que nos é contada nunca é a estória do personagem do cangaceiro.

Encontramos esse herói entre o bando de cangaceiros, mas ele não é exatamente um cangaceiro, sente-se deslocado, é o que poderíamos chamar de um “cangaceiro desajustado”; encontramos-lo relacionado com o cangaço, mas invariavelmente suas relações com o cangaço são de conflito. (BERNARDET e RAMALHO JR, 2005, p. 33).

A partir deste trecho da obra: Cangaço O Nordeste no cinema Brasileiro, pode-se dizer que este aspecto do cinema deve-se ao seu romantismo nato, pois havendo sempre uma mocinha no enredo, o personagem do cangaceiro encontra-se dividido entre o amor e o Cangaço, posto que as características de herói que a mocinha preza, encontram-se distantes das características do cangaceiro, não podendo este ser os dois ao mesmo tempo. Assim sendo, este cangaceiro termina desligando-se do Cangaço para se reencontrar com seu amor.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É interessante perceber que o Conceito de Patrimônio vem se ampliando cada vez mais e que este não atua sozinho, ele pode ser intercalado com diversas temáticas

que auxiliam na sua aplicação, como é o caso do Regionalismo. Aqui se fez essa abordagem a cerca do cangaço, proporcionando uma releitura a seu respeito e identificando-o como um Patrimônio cultural Intangível.

Percebemos o Cangaço como uma manifestação da memória coletiva, porém, não significa dizer que tal movimento continuará existindo apenas através dela, pois como vimos ele pode ser identificado na Literatura, poesia, música, imagem e cinema, dentre outras tantas maneiras, sendo ele símbolo da Cultura popular nordestina e, portanto, evocador de uma identidade regional.

O cangaço se encontra na memória da população brasileira em geral de forma mitológica e por muitas vezes mal interpretada, enquanto que na memória regional, funciona como uma identidade, então, porque não utilizá-lo a partir de uma perspectiva Patrimonial que possa reafirmar este pertencimento regional a partir de uma nova visão?

Conclui-se então que tal Movimento Social foi um marco para a Cultura Nordestina e que adquiriu dimensões nacionais. Neste pensamento, ele representa uma das maiores simbologias que a Região Nordeste poderia obter, funcionando assim, como já abordado anteriormente, como uma forma de incentivo ao pertencimento regional através de sua concepção enquanto Patrimônio Cultural Intangível e por classificar-se como um movimento de características únicas e exclusivas.

#### **ABSTRACT**

This current paper has as main objective to analyze the relevance given to Cangaço from social and cultural configurations of Northeast region as well to perceive how it was formed as a northeast's cultural patrimony. We still aim to analyze how the Regional Identity of the Northeast people was constituted through Cangaço and to identify the types of representations inserted in the northeastern population from that movement. Such aspects can be made clear through the narrow relation between Patrimony and Region. For that, it was made necessary a dialogue with the bibliographical resources already existent about the subject, amongst them are presented works of Ricard Oriá and Choay, that treat about the theme of Patrimony and authors like Durval Muniz Which handle of questions pertinent to regionalism, while Halbwachs acted on the memory perception. This way, it has become possible to identify the several ways of Cangaço's manifestation, as on the collective memory, on Literature, especially the cordel's one, poetry, music, and in the imagetic representations and among them the cinema industry has been getting prominence.

**KEYWORDS:** Cangaço. Northeast. Patrimony. Memory.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AMADO, Jorge. Capitães da Areia. Rio de Janeiro: Record, 2004. 272 p.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Feira de Campina Grande, Tradição e Identidade. In: Cultura e Tradição Nordestina: Ensaios de História Cultural e Intelectual. 2. ed. João Pessoa: Manufatura/Fundação João Fernandes da Cunha, 2000. cap. 4. p. 54-75.

AZEVEDO, Neroaldo pontes de. A Arregimentação Regionalista. In: Modernismo e Regionalismo: (Os anos 20 em Pernambuco). 2. ed. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária; UFPE/Editora Universitária, 1996. cap. 3. p. 143-171.

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. Alceu, V. 4 - n. 8, p. 156 – 167, jan./jun. 2004.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico; A identidade e a representação Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. cap. 1 e 5. p. 7-16 e 107-132.

CHOAY, Françoise. Monumento e Monumento Histórico. In: A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001. Introdução. p. 11-29.

DIAS, José Umberto; BERNARDET, Lucila Ribeiro e RAMALHO JR, Francisco; DÍDIMO, Marcelo. In: Maria do Rosário Caetano (org.). Cangaço: O Nordeste no Cinema Brasileiro. Projeto Maria do Rosário Caetano. Brasília: Avathar Soluções Gráficas Ltda, 2005. p. 17-49 e 61-67.

FÉLIX, Loiva Otero. Memória e memória histórica. In: História e memória: a problemática da pesquisa. 2. ed. Rio Grande do Sul: UPF, 2004. cap. 2. p. 33-57.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. Bandidos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 147 p.

LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. 5. ed. 1987. 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004. 115 p.

MONTEIRO, Manoel. Lampião era o cavalo do tempo atrás da besta da vida. 7ª edição, cordelaria poeta Manoel Monteiro. Campina Grande, 2008.

MURRAY, Charles. A Memória Oral: As Festas populares como objeto de memória. In: Memória, patrimônio e Identidade. Boletim 4. Abr. 2005. TV Escola.

NORA, Pierre. Os lugares de memória, uma outra história. In: Entre Memória e História: A problemática dos lugares. São Paulo: Projeto história: Revista do programa de estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC, 1993. cap. 3. p. 21-28.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: Circe Bittencourt (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. 11. ed. 1.reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 128-148.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Cap. V. p. 69-98.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, V. 2 - n. 3, p. 3-15, 1989.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. Nação e Região: Os Discursos Fundadores. Rio de Janeiro, 2000. p. 1-19.

SOUSA FILHO, Alípio. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. Sociabilidades. São Paulo, V. 2, p. 129-134, 2002.

<http://educacao.uol.com.br/literatura/regionalismo-literatura-das-peculiaridades-do-brasil.jhtm>.> . acesso em 24 nov. 2011